

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 7 DE AGOSTO

LOCAL DA REUNIÃO: CASA DOS NOURA

HORA DE ABERTURA: 09H30 HORAS

PRESENCAS:

JOSÉ RODRIGUES PAREDES – PRESIDENTE

LUÍS MANUEL MADUREIRA ALMEIDA – VEREADOR

VÍTOR EMANUEL CARDOSO DOS SANTOS FERREIRA – VEREADOR

ANA ISABEL PINTO VIEIRA – VEREADORA

ANA FILIPA TEIXEIRA DA FONSECA – VEREADORA

MAFALDA LOPES MENDES – VEREADORA

FALTAS JUSTIFICADAS:

SÓNIA ANDREA RODRIGUES PEREIRA PIRES – VEREADORA

CÉSAR FILIPE FERREIRA SEIXAS – VEREADOR (SUBSTITUÍDO)

SECRETARIOU: MANUEL JORGE PINTO LAIGINHAS, CHEFE DA DIVISÃO DE
COMUNICAÇÃO E IMAGEM, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO

HORA DE ENCERRAMENTO: 12h00 HORAS

ORDEM DO DIA

1	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
1.1	Presente Ata n.º 15/2026 de 24 de julho	X		

2	DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
2.1	Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2026/08/03, apresentando um total de disponibilidades de 9.851.508,77€, sendo 8.403.710,84€ de dotações orçamentais e 1.447.797,93€ de dotações não orçamentais.		X	
2.2	Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/724 propondo a 21.ª alteração aos documentos previsionais de 2026 – permutativa.		X	
2.3	Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/731 propondo a 22.ª alteração aos documentos previsionais de 2026 – permutativa.		X	
2.4	Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/734 propondo a 23.ª alteração aos documentos previsionais de 2026 – permutativa.		X	

3	DIVISÃO DE ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
3.1	Presente informação DEE/sUOF-AAEE/530 propondo o pagamento de indemnizações pelos prejuízos causados por javali.	X		
3.2	Presente informação DEE/UPTP/708 propondo o pagamento do passaporte Douro e a participação na BTL2023 à Comunidade Intermunicipal do Douro, no valor de 1.472,83€.	X		

4	DIVISÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESPORTO E JUVENTUDE	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
4.1	Presente informação DCED/2026/715 referente a apoio logístico apresentado pelo Clube Pinhoense de Caça e Pesca, consubstanciado na frequência a título gratuito da Piscina Municipal Exterior, no dia 29 de julho de 2026, entre as 09h30 e as 12h30.			X

5	DIVISÃO DE URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
5.1	Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 277 de Vale de Mendiz. Contém proposta de indeferimento.	X		

6	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
6.1	Presente informação DDS/2026/722 referente ao concurso para atribuição de seis fogos de habitação social, em Pegarinhos, Pinhão e Sanfins do Douro – aprovação da Lista Ordenada Definitiva.	X		
6.2	Presente informação DDS/2026/716 propondo a celebração de protocolo de cooperação entre o Município de Alijó e a Associação Just a Change – Medida de Recuperação de Habitações de Famílias Carenciadas e a atribuição de uma comparticipação financeira de 25.000,00€. Contém minuta do protocolo.	X		
6.3	Presente informação DDS/2026/595 propondo a atribuição de um apoio financeiro à Associação Bagos D'Ouro para o ano de 2026, no valor de 7.200,00€ e a tomada de conhecimento da execução do protocolo de colaboração.	X		
6.4	Presente informação DDS/2026/745 propondo a atribuição de apoio pontual a agregado em situação de vulnerabilidade social, no valor de 694,02€.	X		

7	UNIDADE DE CONTROLO INTERNO E JURÍDICO	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
7.1	Presente comunicação da Associação de Municípios de Vale do Douro Norte remetendo a sentença judicial do TAF de Mirandela proferida no âmbito da ação administrativa n.º 458/18.1BEMDL e nota de transferência, no valor de 11.330,00€ para pagamento. Contém informação jurídica.	X		
7.2	Presente informação 2026/UCIJ – 706 referente ao pedido de apoio técnico e jurídico apresentado pela Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.	X ⁽¹⁾		
7.3	Presente informação 2026//UCIJ – 714 referente à aprovação de trabalhos complementares da			

	empreitada «Reabilitação dos Bairros Sociais - Lote 5 - Conjunto Habitacional de Favaio - Bairro do Sol» e posterior ratificação pela Câmara Municipal.			X
7.4	Presente pedido de emissão de parecer favorável relativamente à constituição de compropriedade dos prédios rústicos denominados “Felgueiras”, com os artigos matriciais rústicos 265 e 267 da freguesia de Sanfins do Douro. Contém parecer jurídico n.º 30/2026.	X		
7.5	Presente pedido de emissão de parecer favorável relativamente à constituição de compropriedade dos prédios rústicos denominados “Lama do Lagar”, com os artigos matriciais rústicos 2393, 818 e 819 da freguesia de São Mamede de Ribatua. Contém parecer jurídico n.º 29/2026.	X		
7.6	Presente pedido de parecer relativo a emparcelamento rural – isenção de IMT e Imposto do Selo – nos termos do n.º 6 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, dos prédios rústicos inscritos na matriz predial rústica da freguesia e concelho de Alijó sob os artigos 408 e 3348. Contém parecer jurídico n.º 31/2026.	X		

8	UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ARQUIVOS	Proposta de Deliberação		
		Aprovação	Tomar conhecimento	Ratificação
8.1	Presente proposta de celebração de protocolo de colaboração relativo à realização de formação prática em contexto de trabalho.	X		

¹ Para submissão à Assembleia Municipal

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara cumprimenta os presentes.

Justifica a falta do Vereador César Seixas, que se encontra ausente por motivos de serviço, tendo solicitado a sua substituição. Foi instalada a Vereadora Ana Fonseca à qual felicita e deseja bom trabalho em prol do Município e dos Municípios.

De seguida, explica o que aconteceu no âmbito das comemorações dos 25 anos da classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial da UNESCO. O Município de Alijó recebeu, na Estação do Pinhão, a comitiva da viagem especial do Comboio Histórico do Douro. A iniciativa, promovida pela CCDDR NORTE, serviu para assinalar a data marcante para a região e promover a reflexão sobre os desafios e o futuro do território. Reconhece que foi uma honra participar naquele evento, pois a comitiva convidada pela CCDDR NORTE deu destaque ao Concelho de Alijó, de um modo geral, e à Vila do Pinhão, em particular.

O Vereador Vítor Ferreira (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes, dá as boas-vindas à Senhora Vereadora, Ana Fonseca, e deixa uma saudação fraterna aos emigrantes que estão no Concelho. Deseja-lhes boas férias entre nós e um bom regresso aos países onde trabalham.

Destaca o evento das comemorações dos 25 anos da classificação do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial da UNESCO por ter acontecido, em parte, no Concelho de Alijó, na Vila do Pinhão.

Deixa votos de parabéns para as festividades que estão a acontecer por todo o Concelho e às respetivas organizações.

Faz um apelo ao consumo responsável de água, para que a mesma não venha a faltar, e ao acondicionamento do lixo respeitando os dias de recolha.

A Vereadora Mafalda Mendes (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes, dá as boas-vindas à Senhora Vereadora Ana Fonseca, e destaca o encerramento do evento “Quintas à Noite” que juntou grupos de zés pereiras e bombos do Concelho, deixando um agradecimento a todas as organizações que participaram neste evento bem como aos trabalhadores do Município.

Parabeniza os Ranchos Folclóricos do Pinhão e Alijó pela organização dos respetivos Festivais de Folclore e o Rancho de Sanfins do Douro que levará a cabo o seu Festival de Folclore neste fim de semana.

Apresenta o convite para a Cerimónia de Encerramento das Comemorações dos 800 anos do Foral de Alijó, a realizar no dia 12 de agosto, pelas 21H30, na Praça do Município, em Alijó, apelando para que tragam a família e os amigos.

O Vereador Luís Almeida (PS) cumprimenta os presentes, dá as boas-vindas à Vereadora Ana Fonseca, e apresenta as seguintes declarações:

“1. Já tivemos acesso ao Plano de Ação para a Gestão Sustentável e Valorização do Setor Vitivinícola da Região Demarcada do Douro via comunicação social e gostaria de deixar um breve comentário ao mesmo, num plano mais estratégico:

- O Plano continua muito centrado na gestão da produção e do mercado do vinho. Embora estas medidas possam ser relevantes a curto prazo, não respondem ao problema estrutural da excessiva dependência do rendimento proveniente da venda da uva.

- A eventual taxa turística e a eventual contribuição para a mitigação dos problemas dos viticultores continuam a ser tratada de forma muito superficial. Inclusivamente, nas declarações públicas realizadas, algumas oriundas na CIM Douro, parece haver resistência a esta medida. Reconhecemos o interesse da medida para apoiar a preservação da paisagem.

- A sustentabilidade do Douro depende da capacidade para atrair e fixar jovens qualificados. O Plano deveria reforçar medidas de incentivo ao empreendedorismo, à digitalização da agricultura e à criação de emprego qualificado, tornando o território mais atrativo para viver e investir.

- Os municípios devem assumir um papel mais ativo na implementação no apoio à viticultura. Fica a sensação que se pretende levar os viticultores a dedicarem-se a

outras atividades que, na verdade, dependem única e exclusivamente de existirem HOMENS que lavrem a terra. Não haverá enoturismo sem a vinha.

Em síntese, consideramos que o Plano responde a necessidades conjunturais do setor, mas ficará mais completo se integrar uma estratégia de desenvolvimento territorial que reduza a dependência exclusiva da produção de uva e valorize o conjunto dos recursos económicos, ambientais e culturais do Douro. É o passo que gostaríamos de ver Alijó tomar a dianteira nesta matéria.

2. As comemorações dos 25 anos do DPM tem sido conduzidas fora da região e com um afastamento muito preocupante. Este evento teve lugar no território, mas é curto. As pessoas que fazem esta paisagem, que a vivem, a moldam e oferecem a todos quantos nos visitam, têm estado esquecidos. Recordo o dia da classificação em que os diretos das televisões aconteceram a partir do Pinhão. Até ao momento, uma viagem de comboio, por mais simbólico que seja... é curto. Esperamos que até final do evento haja mais Douro nestas comemorações.

3. O Sr. Ministro de Agricultura esteve presente em Valpaços recentemente e anunciou apoios devido aos estragos pelos incêndios. Questiono se o Ministro foi também convidado a vir ao nosso concelho na sequência do incêndio que ocorreu no norte há algumas semanas? Tem havido pedidos de apoio na sequência dos incêndios? Em caso afirmativo, como pretende o executivo permanente dar resposta e uma vez que foi anunciado na VTM que haveria apoios?

4. O Município de Alijó integra o grupo dos 10 municípios abrangidos pelo processo de pagamento do IMI referente à venda das barragens e participou nas reuniões conjuntas promovidas pelos municípios para exigir esclarecimentos à Autoridade Tributária sobre a cobrança dos cerca de 335,2 milhões de euros de impostos que o Ministério Público entende serem devidos. Se a AT não atuar dentro de dois meses, poderá ocorrer a caducidade do direito à liquidação destes impostos.

Questionamos:

- Qual é o ponto de situação deste processo? Que informação oficial recebeu o Município de Alijó da Autoridade Tributária ou do Governo relativamente à cobrança dos impostos considerados devidos pelo Ministério Público?

- Que diligências desenvolveu o Município de Alijó desde a reunião dos dez municípios realizada este ano para acompanhar este processo e defender os interesses do concelho?

- Município participou ou irá participar em novas reuniões, audiências ou iniciativas conjuntas com os restantes municípios abrangidos para exigir que a Autoridade Tributária proceda à liquidação dos impostos antes de decorrido o prazo legal?

- Foi solicitada informação formal à Autoridade Tributária sobre o estado do procedimento de liquidação e sobre as medidas que estão a ser tomadas para evitar a caducidade do direito à cobrança destes impostos?

- Está o Município preparado para adotar outras iniciativas, designadamente junto do Governo, da Autoridade Tributária ou através da Associação Nacional de Municípios Portugueses, caso se mantenha a inação denunciada pelos movimentos cívicos e pelos próprios municípios?

- Caso venha a verificar-se a caducidade do direito à liquidação, pondera o Município acompanhar uma eventual posição conjunta dos dez municípios no sentido de exigir ao Estado a indemnização dos territórios pelos montantes que deixem de ser cobrados?

5. Foi noticiado que estava disponível a candidatura a 60% dos prejuízos causados pelas tempestades do início do ano no âmbito do Fundo de Emergência Municipal, mas Alijó ficou fora.

Questiona-se:

- O Município manifestou junto da CCDR Norte ou do Governo a necessidade de alargar este mecanismo de apoio aos concelhos do Norte que sofreram prejuízos relevantes, ou pondera fazê-lo em articulação com outros municípios da região?

- Existe uma estimativa atualizada dos prejuízos causados pelas intempéries no concelho de Alijó, designadamente em estradas municipais, caminhos, infraestruturas e equipamentos públicos? Ao longo dos meses foi-nos dito que havia um relatório a ser preparado, mas até à data ainda não tivemos acesso.

- Relativamente à EN 323 (Pinhão-Favaio), qual é o ponto de situação do processo de reparação dos danos provocados pelo mau tempo? Existe já um calendário definido para o início e conclusão das obras?

- Que contactos foram estabelecidos com a Infraestruturas de Portugal e com o Governo para garantir uma intervenção célere na EN 323?

- Que opinião tem o executivo permanente sobre esta matéria?

6. Continuam a surgir nas redes sociais e são também do meu conhecimento relatos de dificuldades na recolha dos lixos. Alguns dos casos deve-se claramente a falta de contentores em determinados locais. Com mais pessoas no território, no verão, é normal aumentar a produção de resíduos. Questiono porque não são disponibilizados mais contentores, que estão parqueados nas piscinas, para resolver estas situações que parecem acontecer quase sempre nos mesmos sítios?

7. Na reunião passada falamos sobre o Quartel da GNR e a sua empreitada. Questionamos sobre o cronograma para lançamento dos procedimentos. O Sr. Presidente não respondeu, voltava a questionar se já tem calendarização?

8. O GDR Ribalonga teve o seu primeiro jogo coincidente com as festas na aldeia. Foi um momento emotivo e o futebol está a gerar um envolvimento muito interessante da comunidade.

9. Uma palavra aos Ranchos do Pinhão (Rancho Folclórico e Cultural do Pinhão) e de Alijó (Associação Cultural "O Plátano de Alijó") que organizaram os seus festivais e que tive oportunidade de acompanhar. Ambas as organizações tiveram o cuidado de trazer culturas e tradições de vários pontos do país que engradeceram os respetivos festivais e fortaleceram a rede de contactos. Estão de Parabéns.

10. Uma nota de reconhecimento a Guilherme Chaves, de Favaio, analista do FC Porto que este ano vai colaborar com a equipa principal. Desejar-lhe as maiores felicidades e sucesso."

A Vereadora Ana Vieira (PS) cumprimenta os presentes, dá as boas-vindas à Vereadora Ana Fonseca, congratulando-se por haver mais uma mulher no Executivo Municipal.

Aponta o projeto das “Quintas À Noite” pela animação que traz ao centro da Vila de Alijó durante o verão. Deixa os parabéns aos Ranchos Folclóricos de Pinhão e Alijó pela organização dos respetivos Festivais de Folclore, destacando a enorme mobilização de jovens.

A Vereadora Ana Fonseca (PS) cumprimenta os presentes, agradece o acolhimento por parte do Executivo Municipal, e apresenta as seguintes declarações:

“1. O IVDP tornou público esta semana o Plano de Ação para a Gestão Sustentável e Valorização do Setor Vitivinícola da Região Demarcada do Douro, no qual identifica como prioridades o apoio aos pequenos e médios viticultores, a valorização da produção e a preservação da paisagem duriense, reconhecendo que estas são condições essenciais para garantir a sustentabilidade económica e o futuro da região.

Esta estratégia deixa claro que não é possível preservar a paisagem do Douro, nem continuar a promover o território como destino turístico de excelência, sem apoiar quem trabalha diariamente a vinha.

Alijó tem apostado na promoção turística do concelho. Essa aposta é importante, no entanto, essa estratégia ficará sempre incompleta se não for acompanhada por medidas que apoiem os viticultores, porque são eles que criam e preservam a paisagem que constitui o principal ativo turístico do concelho.

Não se pode continuar a promover Alijó e a vender a imagem do Douro sem cuidar de quem faz essa paisagem. Sem viticultores, não há paisagem; sem paisagem, não há turismo.

Tendo noção desta realidade, há já municípios da região que aprovaram um regulamento municipal de apoio aos viticultores, assumindo que as autarquias também têm um papel na resposta à crise que o setor atravessa.

Assim, pergunto:

- Está disponível o município de Alijó para seguir este exemplo e criar um programa municipal de apoio aos viticultores de Alijó, alinhado com a estratégia agora apresentada pelo IVDP?

2. No final do mês passado as principais empresas começaram a informar os viticultores que apenas irão comprar uvas para o benefício ou em certos casos nem vão comprar, prevendo-se um agravamento da crise no setor.

Perante este cenário questiono:

- Qual a intervenção do município junto da CIM Douro?
- Foram exigidas medidas ao Governo e ao IVDP?”

O Vereador Vítor Ferreira (PPD/PSD.CDS-PP), em resposta a questões formuladas, diz que o Município não foi convidado para a reunião havida em Valpaços com o Senhor Ministro da Agricultura para tratar do assunto “incêndios” e, por tal ter acontecido, manifestou o seu desagrado junto do Ministério.

Adianta alguns dados sobre o levantamento que está a ser feito sobre os prejuízos causados pelas intempéries do inverno, havendo, à data, cerca de 250 participações de particulares lesados. Segue-se a validação das mesmas. Quanto aos prejuízos causados

no património público já foi dado conta dos mesmos junto da CIMDOURO para que seja feita a análise e validação por para da CCDRN.

O Presidente da Câmara explica a ausência do Senhor Ministro das Infraestruturas na cerimónia das comemorações dos 25 anos da classificação do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial da UNESCO.

No que diz respeito às questões colocadas sobre as taxas turística e de chegada informa que o Executivo vai avançar com as mesmas em janeiro próximo, estando em articulação com o Município de Sabrosa para que os processos de implantação sejam simultâneos. O concurso da empreitada de construção do novo Quartel da GNR está a ser preparado pelos serviços técnicos competentes para o efeito.

Quanto ao Plano Executivo para a Gestão Sustentável e Valorização do Setor Vitivinícola da Região Demarcada do Douro ficou agendada uma discussão do mesmo, com inclusão na ordem de trabalhos, para a próxima reunião da Câmara Municipal.

Antes de serem colocados à discussão e votação os pontos da ordem de trabalhos, pelo secretário foi dito: “Solicita-se aos membros presentes que, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que não participem na respetiva discussão e votação.”

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 – Presente Ata n.º 15/2026 de 24 de julho.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, não tendo participado na votação a Vereadora Ana Filipa Fonseca por não ter estado presente na reunião.

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2026/08/03, apresentando um total de disponibilidades de 9.851.508,77€, sendo 8.403.710,84€ de dotações orçamentais e 1.447.797,93€ de dotações não orçamentais.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.2 – Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/724 propondo a 21.ª alteração aos documentos previsionais de 2026 – permutativa.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.3 – Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/731 propondo a 22.ª alteração aos documentos previsionais de 2026 – permutativa.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.4 – Presente informação DAF/CTBPAT/sUOF-CP/734 propondo a 23.ª alteração aos documentos previsionais de 2026 – permutativa.

Deliberação: tomado conhecimento.

3. DIVISÃO DE ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO

Ponto 3.1 – Presente informação DEE/sUOF-AAEE/530 propondo o pagamento de indemnizações pelos prejuízos causados por javali.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o pagamento das indemnizações de prejuízos causados pela espécie “javali”, referente à Zona de Caça Municipal, conforme anexo à informação.

Mais foi deliberado aprovar como data-limite para pagamento das indemnizações o dia 27 de novembro de 2026, sendo que os pagamentos superiores a 100€ se processam por transferência bancária e os inferiores àquele montante por levantamento na tesouraria da Câmara Municipal.

Ponto 3.2 – Presente informação DEE/UPTP/708 propondo o pagamento do passaporte Douro e a participação na BTL2023 à Comunidade Intermunicipal do Douro, no valor de 1.472,83€.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o pagamento e competente transferência à Comunidade Intermunicipal do Douro, no valor de 1.472,83€, correspondente ao Passaporte Douro e à participação do Município de Alijó na BTL 2023.

4. DIVISÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESPORTO E JUVENTUDE

Ponto 4.1 – Presente informação DCED/2026/715 referente a apoio logístico apresentado pelo Clube Pinhoense de Caça e Pesca, consubstanciado na frequência a título gratuito da Piscina Municipal Exterior, no dia 29 de julho de 2026, entre as 09h30 e as 12h30.

Deliberação: ratificado, por unanimidade, o ato praticado pelo Presidente da Câmara em 28/07/2026, autorizando a utilização a título gratuitos das piscinas municipais, ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

5. DIVISÃO DE URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Ponto 5.1 – Presente pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização do prédio urbano descrito no artigo matricial com o número 277 de Vale de Mendiz. Contém proposta de indeferimento.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o indeferimento do pedido de emissão de Dispensa de Autorização de Utilização, conforme informação e fundamentação técnica.

6. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ponto 6.1 – Presente informação DDS/2026/722 referente ao concurso para atribuição de seis fogos de habitação social, em Pegarinhos, Pinhão e Sanfins do Douro – aprovação da Lista Ordenada Definitiva.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a Lista Ordenada Definitiva. Mais foi deliberado integrar o fogo devoluto no procedimento concursal e autorizar a atribuição dos dois fogos habitacionais, nos termos propostos.

Foram solicitados esclarecimentos à chefe da Divisão de Desenvolvimento Social, que apresentou o seguinte esclarecimento:

“Exmo. Senhor Presidente,

Serve o presente para responder às questões formuladas na reunião de Câmara realizada no dia 7 de agosto de 2026.

Relativamente ao ponto b) da Informação n.º 722, no qual se propõe que:

"O fogo devoluto seja integrado no procedimento concursal de atribuição de habitação municipal atualmente em curso no Conjunto Habitacional de Sanfins do Douro – Bairro Nossa Senhora da Piedade, possibilitando a sua atribuição aos candidatos classificados a seguir na lista de ordenação final."

Cumpra esclarecer que a atribuição do referido fogo não se restringe aos candidatos inicialmente previstos para o Conjunto Habitacional de Sanfins do Douro – Bairro Nossa Senhora da Piedade. A sua atribuição é extensível a todos os candidatos admitidos ao procedimento concursal, devendo ser respeitada a lista de ordenação final e a classificação obtida por cada candidato, em conformidade com as normas aplicáveis ao procedimento.

Assim, a atribuição da habitação será efetuada por ordem de classificação geral dos candidatos constantes da lista de ordenação final.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Paula Narciso”

Ponto 6.2 – Presente informação DDS/2026/716 propondo a celebração de protocolo de cooperação entre o Município de Alijó e a Associação Just a Change – Medida de Recuperação de Habitações de Famílias Carenciadas e a atribuição de uma comparticipação financeira de 25.000,00€. Contém minuta do protocolo.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a celebração do protocolo de cooperação e a atribuição da comparticipação nos termos propostos. Mais foi deliberado aprovar a minuta do protocolo.

Ponto 6.3 – Presente informação DDS/2026/595 propondo a atribuição de um apoio financeiro à Associação Bagos D’Ouro para o ano de 2026, no valor de 7.200,00€ e a tomada de conhecimento da execução do protocolo de colaboração.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição de um apoio financeiro à Associação Bagos D’Ouro, nos termos e valores propostos na informação técnica. O Executivo Municipal tomou conhecimento da execução do protocolo de colaboração.

O Vereador Luís Almeida (PS) apresentou as seguintes declarações:

Não deixando de considerar:

- a muito meritória atividade da Associação Bagos d’Ouro que, aqui, nunca estará em

causa, já que eles prestam um apoio com contornos únicos nas respostas sociais existentes no território;

- que já aprovamos este ano o valor a conceder à Associação na 1.^a Adenda ao Protocolo, estabelecido em 2023

Deixamos a sugestão que gostaríamos de ver considerada numa próxima renovação, em 2027, que este assunto passe a ser tramitado no enquadramento do Regulamento de Apoio a Associações e assim ter um tratamento igual a todas as outras instituições de natureza social, no concelho.

Ponto 6.4 – Presente informação DDS/2026/745 propondo a atribuição de apoio pontual a agregado em situação de vulnerabilidade social, no valor de 694,02€.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição de apoio pontual a agregado em situação de vulnerabilidade social nos termos e valores proposto na informação técnica.

7. UNIDADE DE CONTROLO INTERNO E JURÍDICO

Ponto 7.1 – Presente comunicação da Associação de Municípios de Vale do Douro Norte remetendo a sentença judicial do TAF de Mirandela proferida no âmbito da ação administrativa n.º 458/18.1BEMDL e nota de transferência, no valor de 11.330,00€ para pagamento. Contém informação jurídica.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o pagamento da parte correspondente ao Município de Alijó, no valor de 11.330,00€ no âmbito da ação administrativa, conforme informação jurídica.

Ponto 7.2 – Presente informação 2026/UCIJ – 706 referente ao pedido de apoio técnico e jurídico apresentado pela Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a atribuição do apoio não financeiro, à Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, de natureza técnica e administrativa, nos termos propostos. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, para aprovação da atribuição do apoio, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 10.º, n.º 1, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.

Ponto 7.3 – Presente informação 2026//UCIJ – 714 referente à aprovação de trabalhos complementares da empreitada «Reabilitação dos Bairros Sociais - Lote 5 - Conjunto Habitacional de Favaio - Bairro do Sol» e posterior ratificação pela Câmara Municipal.

Deliberação: ratificado, por unanimidade, o ato praticado pelo Presidente da Câmara em 27/07/2026, ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual. Mais foi deliberado aprovar a errata anexa à informação, referente à retificação da deliberação constante do ponto 5.1 da ata em minuta n.º 15/2026, da reunião ordinária de 24 de julho de 2026, ao abrigo do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo.

Ponto 7.4 – Presente pedido de emissão de parecer favorável relativamente à constituição de compropriedade dos prédios rústicos denominados “Felgueiras”, com os artigos matriciais rústicos 265 e 267 da freguesia de Sanfins do Douro. Contém parecer jurídico n.º 30/2026.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e fundamentos do parecer jurídico.

Ponto 7.5 – Presente pedido de emissão de parecer favorável relativamente à constituição de compropriedade dos prédios rústicos denominados “Lama do Lagar”, com os artigos matriciais rústicos 2393, 818 e 819 da freguesia de São Mamede de Ribatua. Contém parecer jurídico n.º 29/2026.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e fundamentos do parecer jurídico.

Ponto 7.6 – Presente pedido de parecer relativo a emparcelamento rural – isenção de IMT e Imposto do Selo – nos termos do n.º 6 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, dos prédios rústicos inscritos na matriz predial rústica da freguesia e concelho de Alijó sob os artigos 408 e 3348. Contém parecer jurídico n.º 31/2026.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a emissão do parecer favorável, nos termos e fundamentos do parecer jurídico.

8. UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ARQUIVOS

Ponto 8.1 – Presente proposta de celebração de protocolo de colaboração relativo à realização de formação prática em contexto de trabalho.

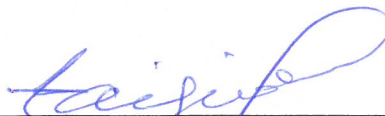
Deliberação: aprovada, por unanimidade, a celebração de protocolo de colaboração relativo à realização de formação prática em contexto de trabalho, conforme informação técnica.

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 2026/08/21 aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim, Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem, em regime de substituição, desta Autarquia.



José Rodrigues Paredes,
(Presidente da Câmara Municipal de Alijó)



Manuel Jorge Pinto Laiginhas,
(Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem,
em regime de substituição)

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ**ATO DE INSTALAÇÃO DE VEREADORA SUBSTITUTA**

Antes do início do período de antes da ordem do dia, o Presidente da Câmara Municipal informou que, em virtude da ausência do Vereador César Seixas, e na sequência da comunicação apresentada pelo mesmo, seria chamada a substituí-lo a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista.

Assim, nos termos dos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, foi convocada para a presente reunião da Câmara Municipal Ana Filipa Teixeira da Fonseca, cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista apresentada pelo Partido Socialista.

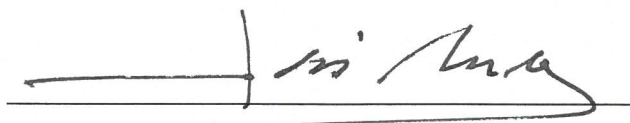
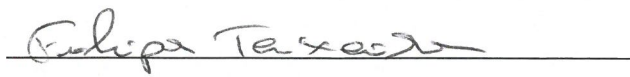
Verificadas a sua identidade e legitimidade pelo Presidente da Câmara Municipal, com referência ao disposto no n.º 3 do artigo 60.º do mesmo diploma legal, foi dada a palavra a Ana Filipa Teixeira da Fonseca, que prestou a seguinte declaração solene:

«Eu, Ana Filipa Teixeira da Fonseca, juro solenemente, por minha honra, cumprir com lealdade as funções que me são confiadas.»

Após a prestação da declaração solene, Ana Filipa Teixeira da Fonseca declarou aceitar o exercício temporário do mandato de vereadora, tendo sido considerada devidamente instalada nas respetivas funções.

Para constar, foi lavrado o presente ato de instalação, que, depois de lido e aprovado, vai ser assinado pelo Presidente da Câmara Municipal e pela Vereadora ora instalada.

Alijó, 7 de agosto de 2026


José Rodrigues Paredes
Ana Filipa Teixeira da Fonseca